

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África



Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África

Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Coimbra • 2008



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
Paulo Oliveira
[PMP]

EXECUÇÃO GRÁFICA
????????????????

ISBN
978-989-8074-57-7

DEPÓSITO LEGAL
????????????????????

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:



OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação
do Quadro Comunitário de Apoio III

O MITO DE GUNGUNHANA NA IDEOLOGIA NACIONALISTA DE MOÇAMBIQUE

«O Gungunhana é como as asas dum pássaro...Nós somos guerreiros, ninguém pode vencer-nos! Não podem vencer-nos, mesmo que tenham muita força!»

Cântico entoado pelos homens da corte de Gungunhana, durante as festas do *Inkwayo*

1-Gungunhana: o herdeiro do império de Gaza

Quando os súbditos da corte de Gungunhana entoavam durante as festas do *Inkwayo*¹ cânticos proféticos sobre a invencibilidade do seu chefe, não imaginariam que uma década depois o mesmo seria aprisionado e humilhado pelas forças portuguesas, comandadas pelo capitão Mouzinho de Albuquerque em Chaimite, lugar onde o líder dos angunes se refugiara para escapar à ofensiva da ocupação militar do sul de Moçambique, decretada uns meses antes em 3 de Abril de 1895, pelo Comissário Régio António Enes, no seguimento das teses aprovadas em Berlim entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885². A partir desse momento acabara-se a veleidade de se ser detentor de soberania sobre os territórios coloniais apenas com a argumentação de que o direito histórico de descoberta permitiria essa forma de exercer uma dominação, unicamente porque se tinha chegado primeiro a uma determinada região do Mundo.

Pelo contrário, a reunião de Berlim invocava que a soberania só poderia ser verdadeiramente exercida se a metrópole colonizadora procedesse a uma efectiva ocupação e exploração dos territórios que detinha como sua propriedade. E Portugal, depois da perda da “jóia” da coroa americana em 1822, tinha a partir da segunda metade do século XIX novos “Brasis” a descobrir em África, nomeadamente nas possessões

¹ Maria da Conceição Vilhena, “Na vida de um Régulo” in *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, pp. 145-164, especialmente p. 160.

² Henri Brunschwig, “A Conferência de Berlim” in *A Partilha da África*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, sem data, pp. 39-47.

de maior tamanho e recursos, como era o caso de Angola e de Moçambique³. E nesta última colónia, tirando a presença no litoral do Índico, a ocupação para o interior ainda não tinha sido realizada. E a comprovar essa constatação estava o facto de, a algumas dezenas de quilómetros da cidade que viria a ser a capital de Moçambique, a partir de 1898, se localizar o império de Gaza, considerado o segundo maior império de África no século XIX, que se estendia entre os rios Incomáti, a sul, ao rio Zambeze, a norte, e do Oceano Índico, a leste, ao rio Save, a oeste. Este enorme território de 56.000 km² controlado por uma dinastia, a Jamine⁴, de angunes ou vátuas, um dos ramos dos zulos, provenientes da África Austral, corresponderia hoje a mais de metade do território de Moçambique, a uma parte do Zimbabwe e da União Sul-Africana, envolvendo múltiplas etnias (bitongas, chopes, cossas, landins, tsongas), numa população que variava entre os 500 mil e os 2.000.000 de habitantes⁵.

E a formação da dinastia de Jamine começara quando nos primórdios do século XIX (década de 20), na África Austral, alguns chefes militares resolveram entrar em choque com o lendário e sanguinolento líder zulo Tchaka e decidiram partir em direcção ao litoral, tendo nessa migração se incorporado Sochangana, mais tarde conhecido por Manicusse, avô de Gungunhana, que se fixara na região entre os rios Limpopo e Save, actual território de Moçambique, onde subjugou perto de 200 régulos e afrontou também interesses locais de ingleses e portugueses. Segundo A. Rita-Ferreira, esta migração instalara-se durante alguns anos nas margens do rio Limpopo, região onde primeiramente enfrentara, em 1828, o exército de Tchaka e na qual em 1834 foi atacado pelas tropas portuguesas de Inhambane, capitaneadas pelo governador Costa Soares, numa operação que visava libertar as rotas do comércio de marfim entre o interior da África Austral e o Oceano Índico⁶. Detentor de um vasto território, impõe-se este antepassado do Gungunhana numa zona que passou a ter por capital Chaimite. Ao mesmo tempo, reduziu todas as populações circundantes ao seu domínio que culminaria, para não serem mortos ou incomodados, no pagamento de diversos tributos que passavam pela entrega de dinheiro, homens, gado, marfim, peles e utensílios agrícolas⁷. Embora Portugal já estivesse nesta zona há muito tempo, o relacionamento com os súbditos de Manicusse não foi fácil, pois o seu domínio militar e administrativo na zona era periclitante, pelo que todo o sul de Moçambique sofrera com as incursões dos angunes que culminariam em mortes, roubos, destruições exercidas sobre as populações dos regulados de Inhambane (Inguana, Maunze, Nhacoongo, Savanguana e Zonguza)⁸. Para discutir e suavizar as pretensões de Manicusse, o

³ Valentim Alexandre, “O Liberalismo Português e as colónias de África (1820-1839): A independência do Brasil e as colónias de África” in *Velho Brasil Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, pp. 121-140

⁴ Maria da Conceição Vilhena, “A Dinastia Jamine” in *Gungunhana no seu...*, pp. 27-49.

⁵ *Idem*, Maria da Conceição Vilhena, “Nos Primórdios do Reino”, *Ibidem*, pp. 17-25, especialmente p. 19.

⁶ A. Rita-Ferreira, “As Grandes Invasões Angunes. O Império de Gaza: Sochangana-Manicusse e o Império de Gaza” in *Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982, pp. 185-187.

⁷ Maria da Conceição Vilhena, “Nos Primórdios do Reino”, *Ibidem*, *Gungunhana no seu...*, p. 28.

⁸ *Idem*, *Ibidem*, pp. 28-29.

Governo português em 1840 enviou uma embaixada à corte deste chefe tribal, cujo responsável era o alferes Caetano dos Santos Pinto, que negociou vários aspectos de interesse comum, nomeadamente o ataque às terras controladas por Portugal no eixo que ia de Inhambane a Lourenço Marques.

Com a morte de Manicusse, em 1858, na região do Bilene, a sucessão ao trono levou a uma guerra entre alguns dos seus filhos. Assim, durante cinco anos Mawewe e Muzila disputaram a sucessão, numa guerra fratricida onde acabaram por envolver também os *boérs* do Transval e os portugueses do sul de Moçambique. Numa passagem pelas terras de Muzila em 1860, o caçador de elefantes Diocleciano Fernandes das Neves visita este régulo que lhe pede encarecidamente ajuda para destronar o irmão Mawewe e assim retomar a governação da dinastia Jamine. Esta solicitação diplomática é referida por este caçador português que, a propósito, afirmava: “Não tenho intimidade bastante com o governador de Lourenço Marques, tenente-coronel Onofre Lourenço de Andrade, para lhe propor uma combinação de tão grande importância como aquela que acabais de expor-me. Seria todavia bem acolhida, não só pelo governador e pelo Maxaquene, como por todos os brancos de Lourenço Marques, porque os insultos e roubos que têm sofrido dos de Maweva são enormes”⁹. O pedido de Muzila é satisfeito pelas autoridades portuguesas que forneceram ao régulo angune 2.000 espingardas, 50 mil cartuchos e 1.200 pedreiras, material bélico que foi decisivo para que a guerra terminasse a favor do pai de Gungunhana, numa batalha travada no final do ano de 1861, que deixou no terreno entre dezoito a vinte mil mortos¹⁰.

Terminada a guerra pela sucessão de Manicusse, Muzila tornava-se a primeira figura do império de Gaza, passando a residir e a governar numa nova terra, a norte da antiga capital de Chaimite, em Mossurize. Embora visitado por algumas embaixadas portuguesas, como a do capitão Paiva de Andrade em 1882, Muzila por vezes esquecia-se da vassalagem que havia prestado ao rei de Portugal D. Luís, virando-se para outros interlocutores no terreno, como era o caso dos ingleses do Natal, com quem estabelecera relações de boa vizinhança. Entretanto, Muzila morrera provavelmente em Agosto de 1884, ficando novamente a sucessão em suspenso. Segundo Maria da Conceição Vilhena, os angunes não divulgavam imediatamente a morte dos seus responsáveis, pois receavam “...guerras fratricidas entre os possíveis sucessores”, e guardavam segredo até ao momento em que conseguiam ter resolvido o problema da sucessão, sem contendas, nem derramamento de sangue¹¹. E mais uma vez, tal como na sucessão de Manicusse, a morte de Muzila levaria à disputa entre os seus principais filhos, Mafemane (o primogénito), Mudungazi e Como-Como.

Mas, ao contrário das demoradas lutas pela ascensão de Muzila ao poder, agora a unidade do império de Gaza manter-se-ia graças ao espírito astuto de Mudungazi, o filho da preferida Yosio, que mandou matar Mafemane, enquanto que o outro rival se afastava para a vizinha região do Transval. A subida de Mudungazi ao poder como

⁹ Diocleciano Fernandes das Neves e Ilídio Rocha, “Livro Primeiro: Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes: viagem ao Chinguine – o Muzila” in *Das Terras do Império Vátua às Praças da República Boer*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, pp. 78-81, especialmente p. 81.

¹⁰ Maria da Conceição Vilhena, “A Dinastia Jamine” in *Gungunhana no seu...*, p. 38.

¹¹ *Idem, Ibidem* A Dinastia Jamine” in *Gungunhana no seu...*, p. 41.

último rei de Gaza, com o cognome de Gungunhana, o “terrível” ou o “invencível”, viria de novo a confrontar os angunes com as autoridades lusas, resultando dessa disputa os episódios que culminariam no seu aprisionamento e exílio até à morte nos Açores, em 1906. Também, dessa contenda entre o líder dos angunes e o responsável das tropas portuguesas, resultaria na mitificação e na heroicização de duas figuras lendárias da historiografia do colonizador e do colonizado, factos que iremos analisar no capítulo seguinte.

2-Mouzinho de Albuquerque e o aprisionamento em Chaimite do “Rei” dos Angunes

O novo monarca depois de investido em cerimónias onde participaram os principais régulos e chefes gentílicos da região de Gaza, iniciaria um reinado de onze anos (1884-1895), durante o qual iria governar os angunes com poder absoluto, que passaria por uma política de rapina, lançamento discricionário de impostos, espionagem e nepotismo. Na administração do território procurou criar delegações nas diversas regiões, onde uma rede de funcionários às ordens do soberano (*inkosi, hossanas e indunas*) exercia uma política de governação que, segundo A. Rita – Ferreira, ia desde a resolução de litígios, até à cobrança de impostos, distribuição de terras e construção de povoações. Com as tribos vizinhas, o relacionamento era por vezes inamistoso. Com as autoridades portuguesas procurara ainda manter algum contacto, a ponto de, logo nos primeiros dias da sua governação, ter mandado uma embaixada a Chiloane a comunicar a sua entronização. Esta mensagem foi bem interpretada pelas autoridades de Moçambique, tendo o governador-geral Agostinho Coelho decidido mandar uma embaixada à corte de Gaza, chefiada por José Casaleiro de Alegria Rodrigues. Este mandatário português que já anteriormente havia mantido bons contactos com Muzila, conseguira convencer Gungunhana a enviar uma representação de conselheiros seus a Lisboa, para assinar um acto de vassalagem com os delegados do ministério da Marinha e Ultramar. Mas porque os mandatários do régulo de Gaza não eram da etnia de Gungunhana, uma outra embaixada seguiu novamente para a Europa, a fim de ratificar um tratado assente em dezassete pontos, dos quais referiremos alguns deles considerados os mais importantes. Assim, através deste documento diplomático, Gungunhana comprometia-se, perante as autoridades portuguesas, a aceitar a abertura de escolas e missões junto de regiões sob sua influência, bem como se responsabilizava a aceitar a vinda de um representante luso para residir permanentemente na sua Corte. Aceitava ainda hastear a bandeira portuguesa junto do seu acampamento e a não declarar guerra aos régulos de outros grupos étnicos, sem prévio consentimento de Portugal. Para corroborar e cimentar estes compromissos, o Governo de Lisboa decidira ainda conceder ao régulo de Gaza o título de coronel de 2.^a linha, bem como o de capitão aos dois emissários que haviam participado e ajudado a elaborar este tratado de vassalagem¹².

Mas, o pressuposto de Gungunhana ficar dependente da autorização portuguesa para poder atacar os seus vizinhos tribais, fizera com que este acordo luso-vátua ficasse no papel, pois o régulo de Gaza nunca o tivera em conta, quando resolvia

¹² *Idem, Ibidem A Dinastia Jamine* in *Gungunhana no seu...*, p. 48.

atacar, incendiar e extorquir bens e homens destes seus rivais gentílicos. Também, o contexto internacional do início do seu reinado era propício a que Gungunhana não ficasse refém apenas de uma das potências colonizadoras na zona dos seus domínios, tendo, ainda, quando as circunstâncias o exigiam, negociado com os elementos da *British South Africa Company*, representantes na região dos interesses ingleses na África Austral. Era preciso não esquecer que a ascensão ao poder do “leão” de Gaza se fazia meses antes das principais metrópoles colonizadoras assinarem em Fevereiro de 1885, na Conferência de Berlim, o documento decisivo sobre a nova forma de ocupação, colonização e partilha das principais possessões africanas e asiáticas mundiais. E nessa redistribuição de territórios e áreas de influência regional, qual tratado de Tordesilhas contemporâneo, a Grã-Bretanha e a Alemanha procuravam, como potências mundiais emergentes, consolidar o seu império africano, à custa da partilha de Moçambique, por áreas que estivessem de acordo com os seus interesses na zona: a Alemanha, com territórios a norte do paralelo do rio Zambeze; a Grã-Bretanha com parcelas a sul deste rio, nomeadamente com toda a área sudoeste que confinava estrategicamente com a zona mineira do Transval, região do *hinterland* da África Austral que necessitava com urgência de escoar os seus produtos pelo porto de Lourenço Marques.

Deste modo, os interesses ingleses não se situavam só na área da soberania angune, no sul de Moçambique, estendiam-se ainda a outras zonas onde estavam implantadas as companhias monopolistas, nomeadamente no centro (Manica e Sofala e Zambézia) e no norte, na região do lago Niassa. Daí que as autoridades portuguesas pretendessem levar à letra o espírito de Berlim e procurassem, nesta segunda metade do século XIX, recuperar o tempo perdido nos séculos anteriores, em que o direito histórico de descoberta se sobrepunha ao de ocupação efectiva. Para comprovar estes factos, bastaria para tanto consultar os relatórios de algumas das principais autoridades colonialistas deste período (transição do século XIX para o XX), nomeadamente do insuspeito herói das campanhas de pacificação em Moçambique, Mouzinho de Albuquerque, para concluirmos da incúria e do desinteresse que o governo português devotava às suas colónias, nomeadamente à possessão africana do Índico: “O que, entretanto, se evidencia, é a impossibilidade de nos mantermos na posse dos melhores pontos da costa oriental de África, desempenhando somente o papel de guardas de Alfândega, constituindo-nos um obstáculo à exploração daqueles territórios, opondo-nos ao progresso e desenvolvimento mercantil e industrial dos países que nos cercam. Teria isso como consequência fatal expropriarem-nos, com indemnização ou sem ela, por utilidade pública internacional”¹³.

De acordo com as palavras de Mouzinho de Albuquerque, Portugal não poderia desempenhar mais o papel de “guarda alfandegário” impedindo que outros países mais qualificados financeiramente pudessem desenvolver o interior de Moçambique, território onde se situavam os domínios do regulado angune. E como Gungunhana percebeu essa rivalidade entre as diversas metrópoles europeias com interesses nesta zona da África Austral, jogou diplomaticamente com esses interesses, ora aliando-se a Portugal para reforçar o domínio sobre os outros regulados rivais e ainda para se

¹³ Mousinho de Albuquerque, “A Administração anterior a 1896 e os países vizinhos” in *Moçambique – 1896-98*, Lisboa, Manoel Gomes, Editor, 1899, pp. 49-79, especialmente p. 74.

proteger das ambições dos ingleses na região, ora entendendo-se com a Grã-Bretanha, para afastar e desacreditar as cláusulas a que se submetera em 1885 e 1887, aquando das assinaturas dos acordos de amizade e vassalagem com Portugal. Entretanto, os homens de Cecil Rhodes, da *British South Africa Company*, insinuavam-se cada vez mais junto da Corte angue para, a troca da oferta de armas e dinheiro, conseguirem mais favores na concessão de terrenos para a exploração mineira e a livre circulação para o litoral Índico. A juntar a esta persuasão interesseira, a pressão que os portugueses a norte, nas terras do Luabo, faziam ao soberano angue para ter o controle das minas de Manica, o que levou Gungunhana a ser obrigado a mudar a capital do seu reino de Mossurize, para Manjacaze. Ao mesmo tempo que Portugal pressionava localmente o régulo de Gaza, era pressionado internacionalmente pela rival aliada das ilhas britânicas, a ponto de ter sofrido um humilhante ultimato que a diplomacia de Sua Majestade fizera a Lisboa e que obrigara Portugal a retirar, a partir de 11 de Janeiro de 1890, as tropas comandadas pelo major Serpa Pinto, da região do Chire (actual Malawi) e dos Macololos e da Machona (actual Zimbabwe)¹⁴. Estes acontecimentos projectariam, um ano depois, em Junho de 1891, um acordo sobre a delimitação de Moçambique, entre Portugal e a Grã-Bretanha, acordo esse que iria integrar nesta possessão os territórios dos angunes, não permitindo mais que Gungunhana se socorresse da ajuda inglesa e da ambiguidade diplomática, para não obedecer aos deveres que tinha para com a soberania portuguesa¹⁵.

Em 1894, por questões de abuso na cobrança de impostos por parte das autoridades coloniais de Moçambique, alguns regulados tsongas (Mahazul e Matibejana) revoltaram-se e cercaram durante dois meses a cidade de Lourenço Marques. Esta revolta de chefes gentílicos outrora dóceis às autoridades lusas despoletou o alarme no Terreiro do Paço, em Lisboa. Para evitar mais danos na imagem da soberania portuguesa no Índico, as autoridades metropolitanas nomearam o antigo ministro da Marinha e do Ultramar António Enes, para Comissário Régio de Moçambique. Ao mesmo tempo, mandaram para essa colónia um conjunto de oficiais encarregues da formação de um exército que pudesse fazer frente a essas autoridades tradicionais, que agora se colocavam debaixo da influência do grande régulo de Gaza. E, num primeiro momento, constituiu-se um exército de 791 soldados, enquadrados por um grupo de 37 oficiais, comandados pelo major Caldas Xavier, que logo foi obrigado a enfrentar, no início de Fevereiro de 1895, os tsongas insurrectos que acabariam por ser vencidos em Marracuene, pela estratégia militar usada e ainda pela superioridade de fogo revelada pelos canhões e metralhadoras lusas, face às armas rudimentares manipuladas pelos indígenas¹⁶. A fuga de dois dos régulos tsongas (Mahazul e Matibejana), após esta incursão das tropas lusas, para o

¹⁴ António José Telo, “A Expropriação e os Ultimatos: O vergonhoso ultimatum” in *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa – 1875-1900*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, pp. 97-115, especialmente pp. 103-110.

¹⁵ Maria da Conceição Vilhena, “Concordâncias e desajustes: colisão de interesses entre Portugal e Inglaterra” in *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 81-101, especialmente p. 92.

¹⁶ René Pélissier, “Enes e os seus centuriões: a cavalaria de além-mar” in *História de Moçambique - formação e oposição-1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, N.º 62, Volume II, 1988, pp. 271-272.

território de Gaza e a recusa de Gungunhana em entregar estes chefes às autoridades portuguesas, levava a um “braço de ferro” com as mesmas. Perante um ultimato que o Comissário Régio de Moçambique lançara ao “rei” dos angunes, este reunira com os seus principais conselheiros para decidir da atitude a tomar, face a esta ordem lançada pelos portugueses. Gungunhana acederia à pretensão de entregar os régulos tsongas, apenas na condição de Portugal retirar os seus contingentes militares dos territórios sob sua jurisdição. O comissário Enes, entretanto, dera ordens ao coronel Eduardo Galhardo para reagrupar os esquadrões no terreno, prevendo-se que a coluna do norte deveria dirigir-se ao reduto onde estavam os régulos rebeldes, enquanto a coluna do sul ficaria com a incumbência de se dirigir para os territórios anteriormente governados por estes mesmos régulos e agora reclamados por Portugal, que eram respectivamente Magul e a Macanda¹⁷. Começava assim a desmoronar-se o reino de Gaza e a vislumbrar-se a queda do último representante da dinastia de Jamine.

Em 8 de Setembro de 1895, uma força comandada pelos capitães Freire de Andrade e Paiva Couceiro que se dirigia a Manjacaze foi atacada em Magul, por 13 esquadrões de cerca de 6.000 indígenas. Perante a desproporção das forças, dado que da parte portuguesa apenas estavam no terreno 275 homens, mais 33 soldados angolanos e 100 carregadores, o confronto desenrolou-se com a disposição das forças lusas em quadrado e apoiadas por um manancial bélico de peças automáticas e de artilharia, que deixaram cerca de 400 indígenas mortos¹⁸. Esta derrota mexera psicologicamente com o “leão” de Gaza que, em desespero de causa, iria enviar mais emissários às repúblicas inglesas de Durban e Cabo, pedindo ajuda para a contra-ofensiva com os portugueses. Mas o plano de ocupar Gaza era irreversível por parte do comissário Enes, pelo que após Magul, em Novembro de 1895, as tropas lusas voltaram a encontrar-se com os regimentos de Gungunhana em Coolela, num confronto novamente desfavorável aos vátuas/angunes, em que o número de mortos poderia ter chegado aos 1.500¹⁹. Perante esta derrota, o líder dos angunes fugiu para Chaimite, local sagrado onde estava enterrado o fundador do império de Gaza, Manicusse, avô paterno de Gungunhana e líder de um dos ramos dos zulos que, no início do século XIX, se dirigira para os territórios do sul de Moçambique. Entretanto, o coronel Galhardo entrava sem resistência em Manjacaze, sede do reino de Gungunhana. O aprisionamento deste herdeiro de Manicusse estava apenas por dias, face à desmoralização das suas tropas e à traição de familiares e chefes tribais que anteriormente o apoiaram. Restava apenas capturar o lendário “leão” de Gaza, para como despojo de guerra ser apresentado aos colonos de Moçambique e às autoridades metropolitanas. Com este “troféu”, Lisboa tinha motivos mais do que suficientes para mostrar, aos concorrentes da partilha de África, que Portugal estava a cumprir com o acordado em Berlim, no ano de 1885.

Para o rematar destas primeiras campanhas de ocupação e pacificação dos indígenas do sul de Moçambique, o comissário Enes nomearia o capitão Mouzinho de Albuquerque que partia ao encontro de Gungunhana, em Chaimite, já como responsável do novo

¹⁷ René Pélissier, “As Colunas Ameaçadoras”, *Ibidem*, pp. 286-289, especialmente p. 288.

¹⁸ René Pélissier, *Idem*, *Ibidem*.

¹⁹ René Pélissier, “O combate de Coolela (7 de Novembro de 1895)”, *Ibidem*, pp. 296-298, especialmente p. 297.

distrito militar de Gaza, entretanto criado. A propósito deste acto temerário da prisão de Gungunhana, no Natal de 1895, René Pélissier, investigador francês que estudou a história de Moçambique, na transição do século XIX para o XX, afirmava o seguinte: “Vamos agora assistir à cena do final do drama. Nenhum feito de armas da história colonial recente entusiasmou tanto os portugueses como a irrupção de Mousinho de Albuquerque, à frente de 45 soldados portugueses, dois oficiais e um médico no *Kraal* de Chaimite onde se refugiara o Gungunhana... Para os militares portugueses, que preferiam avançar em fortes colunas, o lance de dados de Mousinho de Albuquerque foi o cúmulo da louca bravura, e como ele era único nos anais moçambicanos, e até luso-africanos, os jornalistas, o vulgo dos tácticos das pastelarias de Lisboa, e atrás deste, todo o Portugal iam vibrar a um ritmo de epopeia”²⁰.

O acto heróico de Albuquerque, consumado no dia 28 de Dezembro de 1895, com a prisão de Gungunhana, não tivera apenas a versão do próprio militar de Chaimite que, depois, iria ser apropriada pela historiografia do Estado Novo, quando o dia “28 de Dezembro” passou a ser o “dia de Mouzinho” e quando a Agência Geral das Colónias entendeu fazer um número especial em Fevereiro de 1936, como mais um contributo para a bibliografia mouzinea²¹. Segundo Maria da Conceição Vilhena, para além da versão de Mouzinho de Albuquerque, havia a versão de Soares de Andrea, oficial da Armada e comandante da lancha-canhoneira *Capelo*, que participou também nas operações de pacificação e aprisionamento do régulo angune e que, a esse respeito, escreveu um relatório intitulado *A Marinha de Guerra na Campanha de Lourenço Marques e contra o Gungunhana, 1894-1895*, que foi publicado nos *Anais do Clube Militar Naval – 1897-1898* e que contrariava algumas das informações descritas por Mouzinho de Albuquerque, no seu relatório²². Insurgia-se ainda este oficial contra a forma bárbara como a força do capitão Mouzinho capturou o Gungunhana e mandou fuzilar na hora dois conselheiros, que ele considerava como os instigadores da rebelião contra os portugueses do régulo de Gaza. A este propósito, o comandante Andrea afirmava: “Gungunhana convencionou entregar-se ao comando do meu navio, pedindo apenas para não cortar a cabeça e garantia de vida para os seus filhos e tios. Esse compromisso sagrado em campanha foi para mim tomado solenemente, e cobardemente traiçoeiro depois em Chaimite, sendo deslealmente fuzilados os tios Quêto e Manhune que acompanhavam o régulo entregando-se”²³.

Embora tenha sido aprisionado o Gungunhana, a resistência indígena ainda mantivera alguns régulos no terreno hostis à soberania portuguesa e que foram sendo controlados ou eliminados em anos posteriores à incursão lusa a Chaimite. Assim, o régulo Mahazuli foi aprisionado em Janeiro de 1896, Finish, em Fevereiro do mesmo ano, e Magiguana, da etnia Khosa, foi morto em Julho de 1897. Muitos dos familiares e apauanizados

²⁰ René Pélissier, “Chaimite: A captura do Rei: Gungunhana o fugitivo”, *Ibidem*, pp. 300-305, especialmente p. 301.

²¹ Vide “Número especial dedicado ao dia de Mousinho” in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Fevereiro de 1936, N.º 128, 260 pp.

²² Maria da Conceição Vilhena, “Prisão de Gungunhana – versão de A. Soares Andrea” in *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp. 141-165, especialmente pp. 148-157.

²³ Maria da Conceição Vilhena, *Idem, Ibidem*, p. 156.

do “leão” de Gaza fugiram para o Transval, onde à distância continuaram a incitar as autoridades gentílicas, entre o sul do Save e Limpopo, a resistir ao domínio de Portugal naquela região da África Austral. Em relação a Gungunhana, o seu papel de chefe militar dos angunes/vátuas acabava ingloriamente em Chaimite. Trazido para Lourenço Marques, mais o séquito que o iria acompanhar (sete mulheres, o filho primogénito Godide, o régulo Matibejana, das terras de Zixaxa, com as três mulheres, Molungo, o tio, e o cozinheiro Gó), foi, entretanto, embarcado no navio *África* para a metrópole portuguesa, no dia 13 de Janeiro de 1896²⁴. Recebidos triunfalmente em Lisboa, dois meses depois, como “troféus” de guerra, os prisioneiros foram encaminhados para o forte de Monsanto, tendo aí permanecido em reclusão até 23 de Junho de 1896, altura em que foram transferidos para Angra do Heroísmo, nos Açores, onde chegariam a 28 do mesmo mês. A ida para o forte de São João Baptista, da ilha Terceira, destes prisioneiros moçambicanos, ficaria a dever-se à iniciativa do açoriano Jacinto Cândido da Silva, então ministro da Marinha e Ultramar que, com este acto, pretendia evitar a romaria a Monsanto de populares, sedentos de uma curiosidade mórbida para com tão insígnies reféns das campanhas militares de pacificação do sul de Moçambique. Ainda, a situação de poligamia dos régulos feria a susceptibilidade e os sentimentos da moral da elite metropolitana, especialmente das senhoras católicas que amiúde visitavam os prisioneiros e se escandalizavam com este costume africano²⁵. Nesta ilha do Atlântico ficariam Gungunhana, Godide, Matibejana e Molungo, apenas os quatro reféns do inicial séquito das quinze pessoas, tendo o régulo de Gaza vivido mais onze anos de um exílio em que do inicial homem animista, analfabeto e irascível, o transformaram, segundo René Pélissier, num outro completamente diferente, “baptizado”, “alfabetizado” e “alcoólico”²⁶. Triste e só, acabaria por vir a morrer em 23 de Dezembro de 1906, vítima de uma hemorragia cerebral, com uma idade próxima dos 57 anos, menos dez anos da idade que constava da certidão de óbito²⁷.

Com a morte deste último descendente da dinastia angune iniciada por Manicusse, nos primórdios do século XIX, no sul de Moçambique, desaparecia uma das personagens que contribuía para o descrédito de Portugal, como país colonizador, junto da opinião pública mundial, que nos “considerava impotentes na conservação e defesa das nossas colónias”²⁸. Mas os efeitos da prisão de Gungunhana foram contabilizados de uma forma mais realista e transparente, pelo próprio oficial que dirigiu as operações militares em Chaimite, quando numa conferência proferida no Centro Comercial do Porto, em 19 de Janeiro de 1898, afirmava: “...O prestígio do nome português, levantado pelas

²⁴ Maria da Conceição Vilhena, “Retrato dos Quatro Prisioneiros” in *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp. 183-198.

²⁵ Maria da Conceição Vilhena, “Estadia em Lisboa: Os últimos tempos em Monsanto”, *Ibidem, Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp. 225-242, especialmente p. 239. Também, da mesma autora e obra, o capítulo “No Prosseguimento do Exílio”, pp. 243-257, especialmente p. 251.

²⁶ René Pélissier, “Os Vencidos no Exílio”, *Op. Cit.*, pp. 307-309, especialmente p. 308.

²⁷ Maria da Conceição Vilhena, “Fim do Exílio”, *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp. 279-298, especialmente pp. 281-282.

²⁸ J. Sá e Melo, “Quatro de Janeiro” transcrito por António Oliveira no artigo “A prisão do Gungunhana, o leão de Gaza”, publicado pelo jornal *A Guarda*, de 15 de Novembro de 2007, p. 6.

vitórias precedentes, ficara assegurado com a aniquilação do principal elemento que o perturbava, e a pacificação da província permitia o desenvolvimento dos negócios até ali paralisados. Basta dizer que no dia imediato ao da chegada do Gungunhana preso foram registados no governo de Lourenço Marques mais de 120 pedidos de licença para exercer o comércio no país de Gaza e outros para cimeiras de navegação a vapor de Lourenço Marques ao Limpopo”²⁹.

3- Recuperação nacionalista do mito de Gungunhana, no decénio comemorativo da independência de Moçambique

Cerca de cem anos depois de Gungunhana se ter tornado o herdeiro do império de Gaza, e, dez anos depois da independência de Moçambique, o governo da FRELIMO retomou a mitificação do líder dos angunes/vátuas, ao iniciar um processo de rememoração do passado de uma personagem gentílica que chegou ao sul de Moçambique, proveniente de uma cisão tribal ocasionada nos primórdios do século XIX, quando alguns chefes militares, entre os quais estava Manicusse, avô de Gungunhana, entraram em rota de colisão com Tchaka, o responsável máximo do grupo étnico zulo, e partiram para as terras do Limpopo e do Save. A propósito dessa vaga migratória, Maria da Conceição Vilhena descreveu, numa obra sobre a genealogia de Gungunhana, o que teriam sido os primeiros passos de Manicusse no território que Portugal descobrira no século XV, mas que ainda não conseguira ocupar, quatro séculos depois: “Manicusse não se instalou imediatamente. Primeiro atravessou os reinos do Maputo, Catembe, Matola e Cossa, que assolou na sua passagem; e prosseguiu na sua marcha devastadora até ao Zambeze. Fixou-se sob sua dominação. Para isso fez desaparecer os régulos desses estados e colocou em seu lugar outros da sua confiança. Pôde assim dominar sob uma vasta região, que alargou com novas conquistas, graças à organização de um exército forte, formado pelo povo já vencido, sob o comando de chefes angunes. Cada uma das nações dominadas era obrigada a pagar-lhe pesados tributos em gado, marfim, enxadas e peles de macaco e de gato”³⁰.

Muitas décadas depois destes acontecimentos bélicos que contribuíram para a fixação da multi-étnica identidade nacional de Moçambique, numa altura em que o partido no poder enfrentava uma guerra civil com a RENAMO, que poderia fraccionar a integridade territorial de um país que ia do Maputo ao Rovuma, havia necessidade, segundo Fernando Catroga³¹, de se recorrer aos “ritos de recordação”, que permitissem “perpetuar” o sentido de “pertença” e “continuidade”, numa reivindicação contra a

²⁹ Vide “Conferência de Mousinho de Albuquerque na noite de 19 de Janeiro de 1898, no Centro Comercial do Porto” in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Fevereiro de 1936, N.º 128, pp. 11-29, especialmente pp. 25-26.

³⁰ Maria da Conceição Vilhena, “A Dinastia Jamine” in *Gungunhana no seu...*, pp. 27-49, especialmente p. 28.

³¹ Fernando Catroga, “Recordação e Esquecimento - Ritos de Recordação” in *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, pp. 13-36, especialmente pp. 25-31.

“finitude” da existência de uma comunidade³². E num país, como Moçambique, em que o processo de construção e de estabilização da sua identidade nacional começara a ser feito por acção dos movimentos emancipalistas dos anos sessenta, do século passado, a partir das estruturas ainda do tempo da dominação colonial que remontavam ao período de delimitação de fronteiras com outras metrópoles concorrentes (Alemanha e a Grã-Bretanha), havia necessidade de circunscrever um território numa colectividade de habitantes com um legado comum de “tradições”, “aspirações” e “interesses”, que se subordinassem a um poder central disposto a reforçar a coesão e a unidade de grupo³³. Assim, o poder colonial criou, no mau sentido, uma coesão que se baseava em pressupostos negativos e não nos positivos de solidariedade e reforço das expectativas comuns de vida futura. Esta coesão psicológica, com carga discriminatória, iria incidir então sobre as formas de dominação, na qual os autóctones eram massivamente explorados através da cobrança de impostos, trabalhos forçados e outras formas de exploração.

E porque a mensagem comunicacional vinha de um grupo restrito onde se incluíam colonos, mestiços e um pequeno número de negros assimilados, ela própria dificultou o processo de portugalização, mas também de moçambicanização, fazendo com que só os mais letrados que liam os jornais e ouviam a rádio pudessem assimilar ou repelir a cultura de um Portugal maior, que se estendia da Europa até aos confins do Rovuma. Segundo Eduardo Mondlane, um dos fundadores da FRELIMO, havia no *hinterland* do lago Niassa alguns grupos de africanos, que não tinham a noção de pertencer a uma nação ou a uma colónia³⁴. Portanto, a construção do sentido de nação em Moçambique continuou e reforçou-se nas estruturas jurídico-administrativas e ideológicas, depois da independência de 1975, visando conceber um discurso identitário que se integrasse num colectivo comum onde deveriam estar representadas, de uma forma diversa, as especificidades de cada grupo étnico, língua nacional e religião. De acordo com Fernando Bessa Ribeiro, tratava-se, desta forma, “de transformar os habitantes do Estado moçambicano em cidadãos moçambicanos, apesar da sua vinculação a diferentes grupos étnicos e o uso de línguas locais muito diversas, através da acção estatal na produção de símbolos, liturgias e discursos, a «identidade instituída», nos quais as figuras históricas elevadas à condição de heróis ocupam uma posição fundamental”³⁵. Deste modo, o exercício da cidadania para a moçambicanidade remontava ao início do século XX, quando uma minoria da população predominantemente urbana, composta por intelectuais e operários desenraizados dos seus grupos étnicos, mestiços e negros assimilados, começara a compreender, segundo Mondlane, que a força do colonizador, dependia da fraqueza

³² *Idem, Ibidem*, p. 28.

³³ Eric Hobsbawm, “A nação como novidade: da revolução ao liberalismo” in *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar Editores, 2.ª Edição, 2004, pp. 19-46, especialmente pp. 19-23.

³⁴ Eduardo Mondlane, “Resistência – À procura dum movimento nacional” in *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975, pp. 107-130, especialmente pp. 107-108.

³⁵ Fernando Bessa Ribeiro, “A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique” in <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs>, p. 3.

do colonizado³⁶, e que era necessário pensar Moçambique numa outra perspectiva, em que não houvesse esse estigma de uma cultura e de uma elite de estranhos a sobrepor-se às diversas culturas locais.

Com a abertura política do regime metropolitano a um liberalismo mais laico e republicano, os nacionalistas de Moçambique, essa pequena elite urbana, começaram a reivindicar direitos iguais e a denunciar publicamente situações de abusos e desigualdades no sistema imposto pelo colonizador europeu. Em 1920, no pós - primeira Guerra Mundial, constituiu-se em Lisboa a “Liga Africana”, associação que congregava na capital do império os poucos jovens das colónias portuguesas a estudar na Europa. Também, em Moçambique, na década de vinte, do século passado, se formaria uma instituição inicialmente chamada de “Grémio Africano”, mais tarde “Associação Africana”, que clamava por medidas mais generosas para os autóctones desta colónia. Alguns mais radicais chegariam mesmo, influenciados pelas novas correntes que destacavam o novo papel do negro nas sociedades coloniais, a criar uma outra instituição, o “Instituto Negrófilo”, denominação que, por demasiado explícita da sua filantropia étnica, foi obrigada pelas autoridades do Estado Novo a mudar, surgindo então o “Centro Associativo dos Negros de Moçambique”. Nele se concentravam os indígenas, enquanto na “Associação Africana” se congregavam os mestiços e alguns brancos que abraçavam a causa nacionalista. Mas, estes últimos iriam integrar, mais tarde, a “Associação dos Naturais de Moçambique”, instituição que se tornaria nos anos cinquenta mais pluri - étnica, englobando no seu antro pessoas de outros grupos e com uma bandeira comum de militância: a luta contra o racismo. Em 1918 foi criado em Lourenço Marques um jornal que defendia os interesses dos naturais da colónia, fundado e dirigido, entre outros, pelos irmãos Albasini (João e José), que se chamava *O Brado Africano* e que reclamava, nos seus artigos e editoriais, por uma forma de tratamento mais equitativo entre colonizadores e colonizados.

O final da segunda Guerra Mundial, com o emergir de um ideal mais anticolonialista, fizera reforçar em Moçambique os sentimentos nacionalistas propensos a uma emancipação gradual da metrópole colonizadora, muito embora a repressão do Estado Novo não tivesse abrandado, quer com medidas censórias, quer com a perseguição aqueles que ousassem desafiar as leis do Estado pluriprovincial. Assim, no início da década de cinquenta, o sentimento anticolonial em Moçambique fazia-se centrar na contestação social, com greves, nomeadamente a greve de 1956 no porto de Lourenço Marques, que resultaria na morte de 49 estivadores³⁷. Em 1957, a polícia política é implantada nas colónias para combater os movimentos e lutas nacionalistas. Na altura o PAIGC, da Guiné e Cabo Verde, e o MPLA, de Angola, já tinham sido criados, respectivamente, em 19 de Setembro, e 10 de Dezembro, desse mesmo ano. A FRELIMO, o movimento anticolonialista de Moçambique, foi criada um pouco mais tarde, a 25 de Junho de 1962. Para além das questões políticas, da unificação dos grupos nacionalistas, do desencadear da luta armada (a 25 de Setembro de 1964),

³⁶ Eduardo Mondlane, “Resistência – À procura dum movimento nacional: Resistência popular”, *Ibidem*, *Lutar por...*, pp. 108-111, especialmente p. 111.

³⁷ José Martins, “A Frelimo: da fundação ao Acordo de Lusaca” in revista *História*, N.º 80, Junho de 1985, pp. 32-39, especialmente p. 32.

esta frente emancipalista procuraria ir ao passado, para compreender os problemas de identidade do presente. E estes eram muitos, na forma diversificada dos particularismos étnicos, religiosos e linguísticos existentes.

Desta forma, um dos primeiros livros elaborados pelo Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO foi a *História de Moçambique*, editado em 1971, com o objectivo, como afirmava Fernando Catroga, de “salvar do nada este ou aquele aspecto” do passado³⁸. Na “Introdução”, os autores reivindicavam para si a história a que tinham direito, bem como reclamavam os heróis que saíram do processo da colonização, para o reforço da construção da independência nacional. Logo seria interessante examinarmos o papel que a história de Moçambique deveria ter para a formação dos novos cidadãos, como também seria importante interpretar o papel que algumas personagens, como Gungunhana, tiveram na identidade nacional. Assim, para esse conhecimento do passado, os autores da primeira história de Moçambique, ainda mesmo antes da independência, consideravam que havia uma significativa diferenciação entre as histórias do colonizador e a do colonizado, com argumentos como estes: “O método que vamos adoptar para estudar a História de Moçambique será um método que se vai adaptar às condições actuais da luta do povo moçambicano, portanto, um método revolucionário. Todas as histórias que têm sido escritas sobre Moçambique baseiam-se na acção que os portugueses exerceram sobre o nosso país. Com isto queremos dizer que a história de Moçambique até aqui tem sido um relato da colonização portuguesa e, por isso, a partir da data em que eles chegaram a Moçambique. A história que fica antes dos portugueses é quase totalmente desconhecida. Ao iniciarmos o estudo da História de Moçambique, não poderíamos seguir o mesmo método. Como todos os outros povos do mundo, o povo moçambicano tem uma história. Assim, tentamos estudar a História de Moçambique sob um ponto de vista moçambicano, quer dizer, baseado na história do povo moçambicano”³⁹.

Portanto, o “método revolucionário” desta história nacionalista era aquele que se iria adaptar “às condições actuais da luta do povo moçambicano”. E essas condições eram aquelas que rejeitassem qualquer relato assente na história da colonização portuguesa, para justificar a história de Moçambique. Mas, a história de Gungunhana e de Manjacaze era ao mesmo tempo uma história africana, também moçambicana, de opressores e oprimidos. De realçar, que Gungunhana fazia parte de uma genealogia de chefes guerreiros vindos de fora, dos limites do território que se convencionou chamar Moçambique, e que no seu périplo para o litoral foi massacrando, rapinando e eliminando muitas populações de vários grupos étnicos que já estavam integrados no território sob soberania portuguesa. Esta ambiguidade entre os papéis de opressor e oprimido desempenhados pelo “leão” de Gaza levaria o escritor Ungulani Ka Khosa, nome tsonga de Francisco Esaú Cossa, a escrever em 1987 um livro de contos que denominou *Ualalepi*, baseado na figura polémica deste guerreiro moçambicano, que

³⁸ Fernando Catroga, “A escrita da história como rito de recordação”, *op. cit.*, p. 49.

³⁹ Vários, “Introdução” in *História de Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento, sem Data, p. I. A edição original foi elaborada pelo Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO, em Agosto de 1971.

mais “dores de cabeça” ocasionara às tropas portuguesas do Comissário Régio António Enes. A propósito, e de uma forma literária, Khosa fazia a seguinte descrição deste reino africano: “A história não deve repetir-se. O poder pertence-me. Ninguém, mas ninguém poderá tirar-mo até à minha morte. Os homens que não me conhecem, conhecer-me-ão. Não vou partilhar o poder. Ele pertence-me desde que nasci do ventre de Lozio, minha mãe, a mulher preferida de Muzila. E serei temido por todos, porque não me chamarei Mudungazi, mas Ngungunhane...O medo e o terror ao meu império correrá séculos e séculos e ouvir-se-á em terras por vocês nunca sonhadas! Por isso, meus guerreiros, aguçai as lanças”⁴⁰.

Esta versão romancesada de um chefe guerreiro que mais tarde se transformaria no arquétipo do herói, com um papel preponderante no reforço da consciência nacional moçambicana, tinha a ver com a função que o mesmo desempenhara como resistente às imposições do poder colonial de Lisboa, no que dizia respeito à cobrança do imposto de palhota, aos trabalhos públicos compelidos e à circulação de tropas nos seus territórios. Um outro aspecto que em termos político-partidários a elite da FRELIMO denotava simpatias era o facto de Manjacaze, a capital do “império” de Gaza, ser a terra de origem de muitos dos principais dirigentes desse partido responsável pela independência e pela governação de Moçambique após a sua autonomização de Portugal, nomeadamente do seu primeiro presidente, o dr. Eduardo Mondlane. E “Manjacaze” tem origem na palavra zulo *mandlakazi* que, segundo Liengme, significaria a “cidade forte e bela”⁴¹. Para Maria da Conceição Vilhena, “Manjacaze” seria o atributo real dado à povoação onde Gungunhana permanecia. Havia ainda outros autores que consideravam que a palavra derivaria de *va lhakazi*, que significava “aqueles a quem golpearam com lanças e mataram”⁴².

Mas se Manjacaze no século XIX era o alvo a atingir por parte das tropas de ocupação do comissário António Enes, no século XX, mais concretamente durante a guerra civil que nos anos oitenta estalou em Moçambique, a antiga capital de Gungunhana, como terra natal de grande número de dirigentes da FRELIMO, foi insistentemente fustigada pelos ataques do partido rival, a RENAMO. Daí que Manjacaze fosse um lugar mítico para o presidente Samora Machel, também ele natural dessa região, pelo que a reabilitação da memória desse local era uma premissa urgente para reforçar a identidade e a coesão nacionais, num contexto de uma guerra civil que poderia ser fraccionista e resvalar para a rivalidade tribal. E se em 1978 para a idiosincrasia dos intelectuais do regime Gungunhana, apesar de chefe guerreiro que “soube organizar o povo para a resistência do invasor”, era ainda considerado como “chefe feudal, como rei, que oprimiu o seu povo...tinha escravos e impunha ritos religiosos desumanos e cruéis”⁴³, já, em 1982, numa visita a Manjacaze, do presidente Samora Machel, pelo contrário, esses aspectos estavam completamente esquecidos, procurando-se,

⁴⁰ Ungulani Ka Khosa, “Ualalepi” in *Contos Moçambicanos*, S. Paulo, Global Editora, 1990, pp. 121-131, especialmente p. 126.

⁴¹ Fernando Bessa Ribeiro, *Idem*, “A invenção dos heróis: nação, história e...”, *Ibidem*, <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs>, p. 5.

⁴² Fernando Bessa Ribeiro, *Idem*, *Ibidem*.

⁴³ *Vide* revista moçambicana *Tempo*, N.º 413, de 3 de Setembro de 1978.

em plena guerra civil, associar o “rei” de Gaza a um símbolo de identidade nacional, que se opusesse às forças da RENAMO, apoiadas logisticamente pela República Sul-Africana⁴⁴.

Em 1983, a opinião pública de Moçambique começava a ser preparada para a visita do presidente Machel a Portugal. No seguimento dessa visita, foram estabelecidas as primeiras conversações entre o antigo colonizado e o seu colonizador e, no decurso das mesmas, foi posta à consideração das autoridades de Lisboa a possibilidade da trasladação dos restos mortais de Gungunhana, como o retorno do filho pródigo que, cerca de oitenta anos depois, regressava à sua pátria finalmente liberta da opressão estrangeira. Deste modo, na primeira semana de Outubro de 1983, Samora Machel tivera a possibilidade de se encontrar com o presidente Ramalho Eanes, em Lisboa. Na sequência desse encontro, as autoridades portuguesas concederam, nesse mesmo mês da visita presidencial moçambicana, a autorização para a exumação e transporte dos restos mortais do herói de Gaza para o seu país natal. Mas, dado o facto de Gungunhana ter falecido em 1906 e o seu corpo ter sido enterrado em campa rasa, no cemitério de Angra do Heroísmo, era impossível que os seus ossos pudessem ser encontrados. Simbolicamente foi tirado do cemitério açoriano um pedaço de terra, que foi colocado numa pequena urna e, segundo Maria da Conceição Vilhena, do facto foi dado conhecimento ao presidente Machel. Mas esta urna, por motivos alheios a Portugal, ficou quase dois anos depositada em Lisboa, na capela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Só, em Junho de 1985, o pequeno caixão seria encerrado num maior vindo de Moçambique, feito em madeiras locais (chanfuta e jambirre) e decorado com motivos da vida política, militar e social do herói de Manjacaze, num trabalho supervisionado pelos artistas moçambicanos Malangatana Valente e Paulo Come⁴⁵.

Finalmente, no dia 15 de Junho de 1985, dia do 10.º aniversário da independência de Moçambique, os restos mortais de Gungunhana chegavam a Maputo, onde centenas de pessoas os aguardavam ao longo de um cortejo com honras militares, pelas avenidas “Angola” e “Eduardo Mondlane” que conduziram o féretro até ao Salão Nobre do Conselho Executivo da capital de Moçambique, onde ficaram depositados perante as principais autoridades. Entretanto, o presidente Machel tinha agora oportunidade de homenagear publicamente o antepassado do pioneiro Estado de Gaza, pronunciando, a propósito, palavras simbólicas acerca do reforço da nacionalidade e da coesão de um país que cumpria uma década de liberdade e de independência: “É uma ocasião em que resgatamos ao passado a sua verdadeira grandeza para nela reafirmarmos os traços permanentes da nossa cultura, da nossa personalidade, da nossa identidade nacional”⁴⁶.

Estas palavras, do líder deste novo Estado Africano de Língua Oficial Portuguesa, representavam o que mais de determinante deveria ser feito para mitificar e heroificar

⁴⁴ *Ibidem*, revista *Tempo*, N.º 596, de 14 de Março de 1982.

⁴⁵ Maria da Conceição Vilhena, “Epílogo” in *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp. 299-309, especialmente pp. 299-301.

⁴⁶ *Vide* “Palavras do presidente Samora Machel acerca desta homenagem a Gungunhana” in revista *Tempo*, N.º 767, de 23 de Junho de 1985, pp. 14-17.

a personagem que simbolizava, em termos de identidade nacional, o paradigma do resistente africano contra a dominação e a invasão europeias, muito embora ele próprio fosse, no contexto das outras tribos e estados do sul de Moçambique, nas palavras de Maria da Conceição Vilhena, “um estranho vindo de longe, um conquistador, devastador e tirano. Dizimou tribos, saqueou, regou de sangue o solo moçambicano. Mas era um africano e lutou tenazmente para manter a independência do reino fundado por seu avô Manicusse.”⁴⁷

Bibliografia

1- Livros

- ALBURQUERQUE, Mousinho de, *Moçambique – 1896-98*, Lisboa, Manoel Gomes, Editor, 1899.
- ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.
- BRUNSCHWIG, Henri, *A Partilha da África*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, sem data.
- CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.
- DAS NEVES, Diocleciano Fernandes, ROCHA, Ilídio, *Das Terras do Império Vátua às Praças da República Bóer*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.
- HOBSBAWM, Eric, *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar Editores, 2004.
- KHOSA, Ungulani Ka “Ualalepi” in *Contos Moçambicanos*, S. Paulo, Global Editora, 1990.
- MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975.
- PÉLISSIER, René, *História de Moçambique -formação e oposição-1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, n.º 62, Volume II, 1988.
- RITA-FERREIRA, António, *Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.
- TELO, António José, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa – 1875-1900*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.
- VÁRIOS, *História de Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento, sem data.
- VILHENA, Maria da Conceição, *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.
- VILHENA, Maria da Conceição, *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

⁴⁷ Maria da Conceição Vilhena, “Epílogo” in *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, p. 302.

2- Periódicos

Boletim Geral das Colónias, Ano XII, Fevereiro de 1936, n.º128.

Jornal *A Guarda*, de 15 de Novembro de 2007.

Revista *História*, N.º 80, Junho de 1985.

Revista *Tempo*, N.º 413, de 3 de Setembro de 1978; N.º 596, de 14 de Março de 1982; n.º 767, de 23 de Junho de 1985.

3- Outras Consultas

<http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs>

